

Dívida dos estados

Economia

24/5/87, DOMINGO • 13

chega a US\$ 4,6 bi

Angela Tejo

A dívida externa dos estados brasileiros atingiu, no final do ano passado, o montante de US\$ 4,6 bilhões. Deste total, 55 por cento é relativo à dívida contraída pelo Rio de Janeiro (US\$ 115 milhões) e São Paulo (US\$ 550 milhões) e, incluindo o estado de Minas Gerais, que tem um saldo devedor de US\$ 620 milhões, este percentual se eleva para 70 por cento.

Do total desta dívida, US\$ 1 bilhão vence neste ano de 1987, sendo que o Rio de Janeiro deverá saldar US\$ 30 milhões; São Paulo, US\$ 146 milhões e Minas Gerais, US\$ 124 milhões, conforme informou o secretário de Articulação com Estados e Municípios (Sarem), Antônio Augusto dos Reis Veloso.

Com relação à dívida interna dos estados o acumulado até fevereiro deste ano atingiu o valor de Cz\$ 178 bilhões. Deste total, a dívida contraída através de contratos (empréstimos entre Banco do Brasil, Banco Central, Caixa Econômica) representa Cz\$ 97 bilhões, o que significa uma parcela de mais de 95 por cento. Já a dívida mobiliária se reduz para 30 por cento, ou seja, Cz\$ 58 bilhões e a de garantia (relativa a avais e fianças), cai para 15 por cento, o que equivale a um valor de Cz\$ 23 bilhões.

Com referência à dívida mobiliária, 130 milhões de títulos vencem este ano, sendo que o estado do Rio de Janeiro deverá pagar Cz\$ 16 milhões; São Paulo, Cz\$ 33 milhões, e Minas Gerais, Cz\$ 24 milhões. Isto representa 61 por cento do total da dívida.

Medida

Para tentar salvar os estados do sufoco de caixa, o governo vai anunciar esta semana um programa de assistência financeira de emergência, nos mesmos moldes que foi montado para os municípios. No entanto, o montante

de recurso a ser repassado aos estados ainda não foi definido. Mas a previsão é de que os recursos serão superiores a Cz\$ 6 bilhões.

De janeiro a maio deste ano, o governo já repassou Cz\$ 22 bilhões aos estados relativos ao Fundo de Participação. Neste mesmo período do ano passado, foram distribuídos Cz\$ 11,8 bilhões. Atualmente, na arrecadação do governo federal, 80 por cento são provenientes do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Destes 80 por cento, a União transfere 16 por cento para os estados e 17 por cento para os municípios, perfazendo 33 por cento.

Municípios

Na semana passada, o governo também lançou um programa de assistência emergencial para os municípios, num valor de Cz\$ 6 bilhões. A previsão da Sarem é que a primeira parcela do recurso seja liberada no próximo mês.

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, e do Planejamento, Aníbal Teixeira, ainda estão estudando as disponibilidades e o número de parcelas em que serão divididos os Cz\$ 6 bilhões — se em duas ou três parcelas.

O critério de distribuição vai ser conforme o Fundo de Participação dos Municípios, ou seja: 10 por cento para as capitais e 90 por cento para o interior, sendo que quanto menor for a renda per capita das capitais, mais ela receberá. Já para as cidades do interior, o critério é a população. Dos 4.179 municípios brasileiros, os 78 com população superior a 156 mil habitantes receberão, juntos, mais de Cz\$ 3 bilhões, uma vez que são beneficiados com a cota extra, por possuírem característica de região metropolitana.

A previsão da Sarem é de que os municípios receberão, até o final deste ano, o equivalente a Cz\$ 70 bilhões, através do FPM.